



AgEcon SEARCH

RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



**A IMPORTÂNCIA DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NAS ESTRATÉGIAS DE
REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS**

**VALDEMAR JOÃO WESZ JUNIOR; IRAN CARLOS LOVIS TRENTIN; EDUARDO
ERNESTO FILIPPI;**

GEPAD/PGDR/UFRGS

PORTO ALEGRE - RS - BRASIL

jwesz@yahoo.com.br

APRESENTAÇÃO SEM PRESENÇA DE DEBATEDOR

AGRICULTURA FAMILIAR

**A IMPORTÂNCIA DA AGROINDUSTRIALIZAÇÃO NAS ESTRATÉGIAS DE
REPRODUÇÃO DAS FAMÍLIAS RURAIS**

Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar

1. Introdução

No decorrer das últimas décadas, grande parte da agricultura tem se detido na prática de monoculturas extensivas. As propriedades, desde as familiares até as latifundiárias, incrementaram em seus preceitos a produção de *commodities*, que além de ser inviável para com a realidade estrutural e social destes agricultores, tornou-os totalmente dependente de um sistema

monopolista que incumbia ao meio rural um papel extremamente produtivista, reduzindo os ativos rurais e a utilização da mão-de-obra familiar. Contudo, novas alternativas estão sendo revitalizadas na tentativa de atribuir ao rural a diversidade de valores e funções que este contempla. Para que, desta forma, este espaço recomece, de forma descentralizada a gerar renda e qualidade de vida para a sua população. Neste escopo, vem ganhando força dentro da agricultura familiar a agregação de valor de seus produtos, seja para fins mercantis e/ou para o seu autoconsumo, que além de preservar ou reativar costumes e hábitos das unidades domésticas, tem “fomentado as bases sólidas da auto-suficiência de produtos *in natura* e processados, garantindo a soberania alimentar de grande parte das classes sociais, uma vez que, gera produtos mais baratos pela proximidade com os consumidores e pela diminuição de intermediários” (Wesz Junior & Trentin, 2004a).

No entanto, tornou-se corriqueiro assegurar que a agroindustrialização e a agregação de novos valores aos produtos agrícolas representam vias fundamentais através da qual é possível viabilizar a agricultura familiar brasileira. Não obstante, são escassos os estudos que de modo claro e preciso reconhecem a importância e a diversidade destes empreendimentos.

Entretanto, ressaltar a globalidade, a importância e a representatividade das agroindústrias familiares dentro dos propósitos do desenvolvimento sustentável vem a ser uma das finalidades e premissas deste documento, uma vez que, crescem ininterruptamente os números e a variabilidade destes empreendimentos. Neste sentido, tem-se a necessidade de mostrar, além disso, a heterogeneidade destas agroindústrias, já que a implantação se dá em diferentes realidades e situações, movimentadas por circunstâncias exógenas e internas as unidades de processamento.

Para elaboração deste artigo obteve-se um aporte secundário, onde se analisou obras e papers que retratam a temática aqui em estudo. Mais do que isso, este documento é resultado de um conjunto de idéias que foram compiladas a partir de informações e estudos previamente realizados pelos autores sobre o tema, detido por experiências acumuladas em pesquisas anteriores. Assim, primeiramente fez-se uma análise conceitual sobre as agroindústrias familiares, retratando de forma objetiva a delimitação das atribuições deste conceito. Em seguida mostra-se, detalhadamente, a importância e representatividade das agroindústrias rurais para as estratégias de desenvolvimento, focando para a perspectiva rural e territorial.

2. Agroindústria familiar: um aporte conceitual

A definição de um conceito para as agroindústrias familiares ainda é recente e, ao mesmo tempo, obscuro na literatura brasileira, visto que, este leva tanto em consideração os aspectos qualitativos, bem como, os quantitativos dependendo da realidade socioeconômica e mercadológica a qual o empreendimento estiver inserido. O que torna arriscado à constituição de um conceito único e a viabilização de um modelo pré-definido.

No entanto, para Mior (2005, p. 191), “a agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização”. Já Boucher y Riveros (1995, p. 14), em uma concepção latino-americana, detalha a agroindústria familiar como sendo uma

atividade que permite aumentar e reter, nas zonas rurais, o valor agregado da produção das economias camponesas, através da execução de tarefas internas dos produtos provenientes de explorações agrosilvopastoris, tais como a seleção, a lavagem, a classificação, a armazenagem, a conservação, a transformação, o embalamento, o transporte e a comercialização.

Contudo, as discussões acadêmicas a partir desta temática começaram a formular-se nas últimas décadas do século XX, sendo que a agroindústria familiar, a princípio, era vista como uma alternativa urbana, mas que no fundo reatava no agricultor seu vínculo rural. Deste modo, conforme argumenta Requier-Desjardins,

o tema da agroindústria rural emergiu nos anos oitenta na literatura da economia camponesa. No princípio se concebeu a agroindustrialização familiar como um meio para reforçar o controle do agricultor latino-americano sobre a criação de valor agregado na cadeia de produção: supunha-se que, processando ao menos parte do produto bruto ter-se-ia a oportunidade de reter uma porcentagem mais elevada de valor agregado, o que permitiria aumentar o nível de ingresso (1999, p. 2).

Entretanto, afirmam Prezotto (2002, p. 139) e Mior (2005), a industrialização dos produtos agropecuários realizados pelos agricultores familiares não se constitui em uma novidade, fazendo parte de sua própria história e da sua cultura, voltando-se para o consumo da família e, em menor grau, para o mercado local. Como exemplo disso os autores citam as conservas, bebidas, a fabricação de queijos, embutidos e defumados. Assim, “o processamento de alimentos que se restringia à cozinha das agricultoras passa a ser valorizado como importante estratégia de formação de renda para centenas de famílias” (Mior, 2005, p. 159). O autor afirma que a origem e evolução das agroindústrias familiares podem ser vista como uma construção social na qual um conjunto de fatores sociais, econômicos e culturais interagem junto com o processo de tomada de decisão por parte dos agricultores e suas famílias.

No entanto, após a globalização dos mercados, incrementaram-se grandes dificuldades para os agricultores familiares que viam na agroindustrialização uma alternativa viável para diminuir a dependência do setor essencialmente primário. Pois, mesmo dentro de um modelo de economia neoliberal, possuíam um baixo nível técnico de produção da matéria-prima e de processamento do produto, deste modo, ficavam desfavorecidos pela perda de competitividade. Assim, argumenta Requier-Desajardins (1999, p. 1), “a globalização pode até ser vista como uma ameaça que poderia desembocar sobre a irradiação da maior parte das agroindústrias rurais”. Em meio a estas dificuldades, o autor afirma que a concentração geográfica pode ser uma importante ferramenta na firmamento das agroindústrias dentro de um território, uma vez que, incrementa-se, com o tempo, a qualificação da mão-de-obra e a promoção de artigos de qualidade pela concorrência interna e pela difusão do conhecimento técnico, com estímulo da proximidade.

Neste cenário, diferentemente do acontecido nos complexos agroindustriais, por estarem embutidos em uma pequena estrutura e convivendo com necessidades semelhantes e objetivos comuns, a proximidade surge e se torna um trunfo tanto para a comercialização com para a própria produção dos bens (Wesz Junior & Trentin, 2004b). O que explica, principalmente na Região Sul do Brasil, o grande número de agroindústrias rurais associativas ou vinculadas a cooperativas, casa dos produtores, entre outros. Pois, desta forma, detém proximidade suficiente capaz de criar a competitividade necessária para a legitimação e negociação dos produtos finais. Isso se confirma porque, conforme Fernandes Filho & Campos (2003, p. 871), a região que apresenta uma maior diversidade de produtos da agroindústria rural é a região Sul. No oposto, com os menores índices localiza-se a região Norte, mas que, segundo os autores, “há uma enorme riqueza, em termos de atividades alternativas relacionadas à indústria rural, passíveis de serem objetos de políticas de desenvolvimento no espaço rural”.

Assim sendo, Wilkinson (1999) em suas pesquisas, tem reforçado o papel da agricultura familiar nos processos autônomos de agroindustrialização, como forma de fortalecer sua capacidade de reprodução social. Dentro deste escopo o autor ainda reforça a necessidade de políticas públicas em favor das várias formas de agroindustrialização, que abrangem desde o mercado informal até mercados de nicho – produtos orgânicos e de qualidade diferenciada. Mesmo porque, conforme Mior (2005, p. 265) “o surgimento desta miríade de formas de agroindustrialização evidenciam um tipo especial de capital social que, aliado ao capital humano (competências acumuladas), ao capital natural e, em menor grau, ao capital econômico, está respondendo à crise ambiental e socioeconômica existente, ao mesmo tempo em que reafirma sua capacidade de iniciativa”.

Desta forma, e como acima salientado, a agroindústria de pequeno porte é de propriedade dos agricultores familiares, onde a gestão comumente é realizada de forma associativa, pois as ações cooperativas embutem-se perfeitamente na conjuntura destes empreendimentos e de seus atores, otimizando as possibilidades de inserção em mercados específicos, criando uma esfera mútua onde a organização faz vigorar a consistência da empresa. Por isso que, para Oliveira (2003, p. 6), “por mais que as condições naturais de solo, relevo e clima sejam importantes na determinação do desempenho dos territórios, não são poucos os casos onde os limites físicos foram vencidos pela capacidade organizativa, ou seja, pela construção de uma rede de relações que possibilitou ampliar as possibilidades de valorização da produção”.

Destaca-se ainda, que com a implantação da agroindústria, os agricultores passam a atuar em duas importantes etapas da cadeia produtiva, os setores primário e secundário. E aqui começa a se caracterizar a idéia de mudança de papel da agricultura familiar, não mais apenas de produção de matéria-prima mas, além disso, de industrialização da sua própria produção agropecuária (Prezotto, 2002, p. 141). Assim, segundo Fernandes Filho & Campos (2003) tem-se o estímulo tanto de atividades não-agrícolas (processamento e industrialização) e agrícolas.

Para Schneider (2005, p. 8) as agroindústrias rurais tendem a aparecer em regiões onde predomina a agricultura familiar e onde os mercados de trabalho em atividades exclusivamente não-agrícolas intersetoriais são débeis ou quase inexistentes, como no norte do Rio Grande do Sul, o oeste de Santa Catarina, o sudoeste do Paraná, no Sul do Brasil. Assim sendo, vale ressaltar que o aparecimento das agroindústrias no meio rural, com gestão realizada pelos agricultores familiares, dá-se de várias formas, dependendo tanto das condições sócio-econômicas, bem como, das iniciativas dos empreendedores. Mas, de maneira sintética, Buocher

y Riveros (1995) apontam duas formas de surgimento das agroindústrias familiares, sendo, basicamente:

- A agroindústria rural induzida: "que surgiu de esforços promocionais de organizações, tanto governamentais como não governamentais".
- A agroindústria rural tradicional: "que surgiu de maneira espontânea como uma forma mais de sobrevivência e acumulação das economias camponesas".

Mesmo com ou sem incentivos, para Vieira (1998), o produtor tem duas motivações para desenvolver atividades relacionadas a indústria rural: o aproveitamento de excedentes que o agricultor não consegue colocar no mercado, devido ao não atendimento aos padrões de comercialização ou a problemas de qualidade; e a adição de valor a sua produção como forma de enfrentar conjunturas desfavoráveis de preço para sua produção agrícola.

Para tanto, a permanência destas agroindústrias familiares em um espaço cada vez mais competitivo depende de sua capacidade de interagir com os macro-componentes, mercado, gestão, tecnologia, infraestrutura (Garcez & Bertazzo, 2005). Mas, "considerando as características do setor, é difícil imaginar o desenvolvimento destas agroindústrias sem que elas dominem as diferentes fases da cadeia produtiva, além de assumirem a tarefa de projetar no mercado seus respectivos produtos" (Orsolin, 2004, p.17). Sendo que, o maior e principal desafio enfrentado pelos agricultores familiares que agroindustrializam parte de sua produção é a transformação destes empreendimentos em estabelecimentos legais do ponto de vista sanitário, ambiental, tributário, trabalhista e previdenciário. Já que, a informalidade remete muitas vezes ao princípio de clandestinidade, prejudicando tanto na comercialização, bem como, na produção. Contudo, a agroindústria rural tem "importante contribuição a dar para o desenvolvimento do espaço rural, particularmente naquelas regiões onde fatores estruturais diversos reduzem a competitividade da produção voltada para o mercado de atividades tradicionais", afirma Fernandes Filho & Campos (2003:873-4).

Assim, entendemos que a agroindústria familiar varia conforme as características do contexto territorial e temporal em que estiver inserida, mostrando-se heterogêneas e diversificadas tanto na escala de produção como na estrutura produtiva. Da mesma forma, seu surgimento está ligado a estratégias sociais e produtivas dos agricultores familiares e demais membros, sejam eles ligados por vínculos de parentescos ou de reciprocidade.

Deste modo, o contexto da agroindústria rural remete a identificação familiar, mas isso não a restringe ao espaço meramente endógeno a unidade de produção, pois relaciona-se mercantilmente, ou não, com outros atores constituintes ao espaço inserido. Estes empreendimentos, ainda, remetem a uma proximidade espacial entre a produção e o consumo, fortemente integrados ao território local/regional. Contudo, os recursos podem ser mobilizados e adquiridos tanto fora como no interior das propriedades que agregam valores.

3. A Importância das Agroindústrias Familiares nas Estratégias de Desenvolvimento Rural

Em territórios onde predominam a especialização primária ocorre a inviabilização de dinâmicas rurais¹ consorciado com o atrofiamento da diversidade multissetorial deste espaço. Ou seja, o desenvolvimento de uma região rural há muito tempo deixou de depender do desempenho de sua agricultura, necessitando de atividades secundárias e terciárias, pois só assim, se fomentaram as economias locais de forma descentralizada (Veiga, 2001). Deste modo, começaram-se a fortalecer as agroindústrias familiares, que além de interligarem e aproximarem os espaços rurais e urbanos vem auxiliando significativamente o desenvolvimento dos agricultores familiares, além de atribuir para estes atores novos papéis e novas tarefas.

Não obstante, inúmeros são os pesquisadores que nos últimos anos começaram fazer da agroindústria familiar um objeto de seus estudos, tanto pela visibilidade de sua representação dentro do meio rural, bem como, pela necessidade de se estudar estes empreendimentos para atingi-los, de forma segura, pelas políticas públicas específicas.

Assim, as agroindústrias familiares terão um importante papel na promoção do desenvolvimento rural na medida que se mostrarem como alternativa aos principais problemas que afetam o meio rural e suas populações. Deste modo, apresentam-se alguns pontos onde as agroindústrias familiares estão agindo, na tentativa de assegurar e comprovar sua representatividade, globalidade e importância dentro das agendas de desenvolvimento rural sustentável. Tais como:

□ **Elevação da renda familiar no meio rural:**

Nos estabelecimentos onde a agregação de valor para fins mercantis acontece, a renda pode aumentar em mais de 100% se comparado com propriedades onde ainda predomina a produção de *commodities*, segundo Wesz Junior & Trentin (2005b). Mesmo porquê, com o processamento, além de agregação valor ao produto, torna-o em condições comerciais para vendê-lo a um preço maior do que *in natura*, onde a margem de lucro é maior por atingir, geralmente, nichos de mercados diferenciados e por deter maior valor agregado. No estudo acima referido, os autores comprovam que em apenas 66,5 hectares 12 agroindústrias familiares de cana-de-açúcar produzem um montante financeiro de aproximadamente R\$ 481.180,00 ao ano, coisa que não acontecera até então, no território analisado com a produção puramente agrícola.

Então, para comprovar a viabilidade econômica da agroindústria familiar Wesz Junior & Trentin (2005b) utilizaram o método comparativo, fazendo um paralelo com duas *commodities* tradicionais cultivadas no território pelos autores delimitado. A primeira cultura analisada foi o milho, que quando produzido em 66,5 hectares teria uma produção de aproximadamente 90 sacas/ha², o que geraria um montante de 5.985 sacas, que quando comercializado no preço atual de R\$ 12,00, asseguraria R\$ 71.820,00. Descontando os custos de produção que oscilam em 70%, sobriam R\$ 21.546,00 ou R\$ 324,00 por hectares.

O outro exemplo seria a plantação de soja nestes 66,5 hectares, que com as condições climáticas favoráveis para cultura teria-se uma produção de 45 sc/ha, contemplando 2.992,5 sacas

¹ Para Veiga (2001:17) as dinâmicas rurais são as economias que conseguem atribuir simultaneamente consumidores pelos seus atributos territoriais e vender sua produção em mercados diferenciados, exatamente o avesso das economias especializadas em *commodities* agrícolas.

² As condições abióticas regionais para a produção de milho e soja não são propícias, o que explica a baixa produtividade média.

na área total, que comercializadas ao ano de 2006 à R\$ 22,00 conseguiria-se chegar aos R\$ 65.835,00, descontando os custos de produção que, em média, situam-se nos 50%, seriam gerados R\$ 32.917,00 ou R\$ 495,00 ha/ano.

Retomando a renda gerada pelas 12 agroindústrias familiares que beneficiam cana-de-açúcar nos municípios gaúchos de Porto Xavier, Roque Gonzáles, Pirapó, Dezesseis de Novembro e Porto Lucena em 66,5 hectares, o montante financeiro foi de R\$ 481.180,00/ano. Descontando os custos de produção e agroindustrialização, que giram em torno dos 70%, teve-se um lucro líquido de R\$ 144.354,00/ano ou R\$ 2.170,00 ha/ano. Ou seja, a cachaça teve um ganho em rende de 669 % em relação ao cultivo agrícola do milho e de 438 % em relação a cultura da soja transgênica (Wesz Junior & Trentin, 2005b).

Em ambiente semelhante, analisado por Diesel *et alli* (2005), a agroidustrialização de aguardente realizada pelos agricultores familiares não se concretiza como a principal fonte de entrada de capital. Contudo, com a comercialização do produto final, os atores complementam a renda familiar, sendo que isso fomenta diretamente a permanência dos produtores no campo, já que não necessitam evacuar do espaço rural para adquirirem ocupação para mão de obra ociosa em determinados períodos de tempo.

Segundo o Relatório do Programa de Desenvolvimento da Agricultura Familiar Catarinense – Desenvolver, a renda das famílias envolvidas no processamento de alimentos melhorou significativamente após a implantação das agroindústrias. Na região do oeste-catarinense a situação passou de 7,4% superior a três salários mínimos para 48% após a fundação do empreendimento. E de 37% entre um e três salários mínimos para 51,9% após a implantação da unidade de transformação para fins mercantis.

Em pesquisa realizada por Fernandes Filho & Campos (2003), tendo por base os dados dos Censos Agropecuários, a contribuição média das atividades relacionadas a indústria rural para a receita monetária dos estabelecimentos informantes dos estratos inferiores a 100 hectares foi de R\$ 451,58³.

□ **Diversificação e fomento das economias locais:**

As agroindústrias rurais vêm contribuindo de forma positiva, diversificada e descentralizada no meio rural, pois a agregação de valor com produtos de origem agropecuária vem ganhando, cada vez mais, representatividade, com um número maior de gêneros que são ofertados no comércio local.

Esta variabilidade de artigos produzidos e comercializados dentro de um território o fortalece, uma vez que, diminui a dependência de mercadorias exógenas e desacelera a transferência monetária para outras regiões. Neste contexto, não se apóia somente a viabilização das agroindústrias, mas ainda, das economias locais, que comercializam desde os produtos dos próprios agricultores até o vestuário que o mesmo irá adquirir através da troca com o vendedor. Assim, o capital proporcionado pela agregação de valor na agricultura familiar gira não somente no meio rural, mas também, no espaço urbano, pois é através da valorização e do consumo de mercadorias de origem local que se congrega o fortalecimento da economia. Um dado proeminente que aqui cabe apontar é a prioridade dos consumidores por um produto colonial, que

³ Estes dados foram extraídos do Censo de 1995-96, o que representaria valores maiores nos dias atuais.

atualmente alcança 87,60 % em Santa Maria/RS, conforme pesquisa realizada em 2000 por Silveira *et alli*.

❑ **Adequação a estrutura agrária existente:**

A matéria-prima produzida para a agroindústria ocupa pequenas extensões de terra porque nestes empreendimentos não é através da escala que se terá lucros, mas sim, pela valorização e diferenciação do produto. Assim sendo, dificilmente a industrialização ocupará toda a área dos agricultores familiares, podendo desta forma, permanecer residindo e produzindo demais culturas dentro de uma mesma unidade de produção, seja para a comercialização e/ou para o seu autoconsumo, mesmo porquê, nem sempre a agroindústria representa a atividade principal. Portanto, a agroindustrialização não remete a uma perda de identidade, pois o agricultor continua com seus vínculos rurais adequando-se a realidade e a estrutura agrária a qual estiver inserida.

❑ **Valorização e preservação dos hábitos culturais:**

A aquisição de um produto externo ao território compromete o advento de uma mercadoria geralmente homogeneizada e sem procedências culturais, onde a desconsidera as centralidades dos consumidores, pois o produto não é “construído” localmente. Esse processo, dado pela produção em complexos agroindustriais, não acontece nas agroindústrias familiares rurais, já que as práticas manuais têm grande enunciado e a comercialização geralmente restringe-se dentro de uma escala regionalizada. Neste último caso, vale lembrar também, que o processamento se dá por técnicas muitas vezes passadas por gerações mais antigas, mostrando relevância com a permanência de hábitos e costumes locais, ainda mais quando o produto final é comercializado no próprio estabelecimento de processamento.

Assim, conforme Marsden (1999), é importante frisar que os recursos até então menosprezados pelo modelo de modernização agrícola, como a cultura e o saber local, agora começam a serem vistos como cruciais para à emergência de um novo modelo de produção e de consumo alimentar.

Nesta perspectiva Diesel *et alli* (2005), em um estudo sobre as agroindústrias familiares de aguardente da 4ª Colônia do Rio Grande do Sul, evidencia que a produção artesanal de alimentos processados remete na valorização do saber fazer, do conhecimento herdado das gerações passadas, carregando consigo um sentido cultural, não meramente econômico. Neste contexto, em contraponto ao mercado uniforme e homogêneo, a agroindústria familiar vem se sobressaindo, já que, além de considerar as centralidades dos produtores, adequando-se as demais atividades produtivas da propriedade, contrai atributos para criação de uma identidade territorial, sendo uma importante estratégia de desenvolvimento rural (Froehlich & Alves, 2005). Contudo, “a valorização das vocações regionais, locais ou até mesmo culturais demonstra um grande potencial, claro que, dependente da maneira como for trabalhado e de como for valorizado” (Wesz Junior & Trentin, 2005a, p. 10).

❑ **Descentralização das fontes de renda:**

As agroindústrias familiares rurais, diferentemente dos complexos agroindustriais, estão situadas em um grande número e de forma difusa, não operando em apenas uma unidade. Desta

forma, a sua viabilidade para com o território aumenta conforme mais descentralizado se localizam os empreendimentos em análise, fazendo com que, além de não concorrerem entre si, adquiram, em diferentes espaços e momentos, egressos de renda. Assim, um maior número de atores serão atingidos, amenizando a vinculação das atividades extremamente agrícolas, focalizando no meio rural um espaço que favorece e amplia a sua multifuncionalidade nos aspectos multissetorial.

Outro fator que está favorecendo a descentralização das agroindústrias, acredita Wilkinson (1996, p. 180-1), é o aprimoramento de novas tecnologias e equipamentos, destinados principalmente para pequenas escalas, sendo que este recente movimento vem ampliando e aumentando as possibilidades de competitividade dos agricultores familiares. No entanto, esta miniaturização é embrionária e necessita de pesquisas mais específicas.

❑ **Estímulo da proximidade social:**

Nas agroindústrias rurais, no intuito de baixar seus custos, geralmente as famílias são os agentes responsáveis pela comercialização dos produtos finais, diminuindo ou exterminando os intermediários; em outros casos, concomitante a esta realidade, a relação mercantil se dá através de feiras, fazendo com que ocorra uma relação direta entre consumidores e produtores. Assim, os adquirentes do produto estão cientes da procedência do que se estará consumindo, tendo a possibilidade de conhecer, se for de seu interesse, as estruturas do empreendimento, fomentando as relações sociais entre fornecedores e adquirentes.

Já na 4ª Colônia do Rio Grande do Sul, onde 90% dos produtores de aguardente comercializam predominantemente seus produtos na própria unidade de produção (Diesel *et alli*, 2005), evidencia-se que a proximidade se dá no próprio ambiente de processamento – geralmente proporcionado pela relação mercantil entre proprietários e consumidores. Contudo, a proximidade ocorre também entre os agricultores com residência próxima a agroindústria, onde as relações se dão pela oferta de matéria-prima, mão-de-obra ou mesmo pelo produto final (Wesz Junior & Trentin, 2005b). Assim, com a reativação dos vínculos sociais constrói-se uma nova lógica para a “proximidade”, pois recomeça a interferir, e muito, nas relações mercantis, resgatando parte do que se fora perdido pela modernização da agricultura. E é assim que se evidencia a construção, formada tanto pelo produtor com pelo consumidor, de uma nova centralidade, podendo ser atribuída ao território, bem como, ao próprio produto.

❑ **Ocupação e geração de emprego no meio rural:**

A geração de emprego, principalmente no espaço rural, vem sendo retratada como uma necessidade para a promoção do desenvolvimento rural. Contudo, em face as pressões de competitividade proporcionadas por mercados cada vez mais abertos, de um lado, e ao desenvolvimento tecnológico, de outro, a agricultura, embora continue sendo um setor central do ponto de vista econômico, deverá gerar cada vez menos empregos. Concomitante a isso, e devido à dificuldade crescente de geração de empregos pelos setores urbanos industriais impactados pela crise do modelo fordista e pelo fim das políticas de pleno emprego, a agricultura e o meio rural estariam assumindo novos papéis, como a geração de oportunidades produtivas não-agrícolas (Moyano, 1997:36).

Assim, a ocupação de todos os membros da família nas atividades desenvolvidas no interior (produção e processamento) e fora (comercialização) da unidade onde a agroindústria está inserida constitui-se em uma das características básicas da agregação de valor para fins mercantis. Mas, além do grupo doméstico, na maior parte dos casos, ocorre a contratação de força de trabalho exógena a propriedade, incidindo sazonalmente ou ininterruptamente, dependendo do produto a ser processado e da capacidade da agroindústria.

Os trabalhadores externos a unidade de processo geralmente habitam propriedades próximas a localização do empreendimento em que trabalham. Assim, as agroindústrias envolvem agricultores direta e indiretamente, contribuindo para o desenvolvimento de forma descentralizada e funcional. Assim sendo, em pesquisa realizada por Wesz Junior & Trentin (2005b) viu-se que 100 % das pequenas agroindústrias de cachaça das Missões do Rio Grande do Sul têm trabalhadores exógenos, ou seja, não fazem parte do quadro de sócios ou investidores do empreendimento. Contudo, estes geralmente atuam somente sazonalmente e auxiliam no cultivo, manejo, corte e transporte da matéria-prima, onde o restante dos sócios e suas famílias ocupam-se na transformação, envasamento e comercialização. Desta forma, cria-se em nível local uma interação no mercado de trabalho agrícola e não-agrícola que acaba afetando positivamente a dinâmica da economia (Schneider, 2005).

Neste meio, segundo Prezotto (2002), em 130 agroindústrias familiares situadas no Oeste Catarinense consegue-se ocupar 650 agricultores que, incluindo estes, geram 1.040 postos de trabalho diretos e mais 2.600 indiretos, obtendo uma remuneração média por empregado de mais de R\$ 300,00, em 2001. Neste contexto, conclui-se que a média de mão-de-obra detida diretamente por agroindústria, neste caso, supera as 8 pessoas por agroindústria.

Vale aqui ressaltar com intensidade que um dos fatores que ainda assegura uma ótima quantidade de ocupação no meio rural é a agroindustrialização, pois detem um baixo nível de automatização, o que faz necessitar um maior número de envolvidos por escala se comparado com agroindústrias maiores.

□ **Redução do êxodo rural:**

A necessidade da implantação das agroindústrias familiares, na perspectiva das políticas públicas, é para absorver a força de trabalho familiar excedente, principalmente dos jovens e mulheres, combatendo uma das maiores preocupações que assolam, desde a metade do século XX, o meio rural, o êxodo de seus constituintes. Neste escopo, e como acima comprovado, a agroindustrialização familiar contribui para a geração de emprego no meio rural, dando condições dignas aos agricultores continuarem neste espaço, diminuindo, automaticamente, o êxodo rural.

□ **Estímulo ao cooperativismo e associativismo:**

Agricultores familiares isolados encontram cada vez mais dificuldades de adentrar em um mercado competitivo e globalizado. Em meio a isso, a implantação de redes ou de cooperativas de pequenos produtores rurais vem sendo analisada como uma importante ferramenta para comercialização dos produtos processados no interior das propriedades/agroindústrias.

Mas, além da forma cooperativada de integração mercantil, há também as associações de agricultores. Um estudo realizado por Wesz Junior & Trentin (2005b) aponta e demonstra que

83% das agroindústrias do território delimitado para a pesquisa têm mais de 2 famílias na gestão e propriedade do empreendimento, sendo que geralmente os sócios possuem algum laço de parentesco. Contudo, habitam unidades de produção diferentes, porém próximas. Já no Oeste Catarinense, segundo dados da Apaco – Associação dos Pequenos Agricultores da Colonização Oeste – e Ucaf – Unidade Central de Apoio das Agroindústrias do Oeste Catarinense – em 130 projetos tem-se 650 agricultores associados, com uma média de 5 agricultores por agroindústria (Prezotto, 2002).

Além disso, existem, basicamente, mais dois fatores determinantes e impulsivos para alastrar as formas associativas para no meio rural, em especial na realidade das agroindústrias familiares. Uma primeira causa importante na impulsão da cooperação para com os agricultores proprietários é a otimização dos maquinários, equipamentos, instalações (estrutura disponível) e mão-de-obra. Já que, isso racionalizará recursos e diminuirá os custos. Um segundo motivo dá-se pelas políticas públicas destinadas especificamente para atores envolvidos no processamento da produção agropecuária para fins comerciais, onde se facilita a liberação de capital monetário conforme maior for o grupo de pessoas integrantes por projeto.

❑ **Valorização das especificidades locais:**

Uma dimensão em que agroindústria convencional e a artesanal se distanciam é a forma de relacionamento com os espaços local e regional. Enquanto a primeira se autonomiza ou se desenraiza dos espaços locais regionais, tendo em vista sua inserção no mercado globalizado, a última se constitui juntamente a partir de sua inserção nas redes sociais dos territórios locais e regionais (Mior, 2005, p. 213).

Assim, embutido em um ambiente mais regionalizado, adequar-se às especificidades e contribuir com o desenvolvimento da mesma constitui-se em uma das metas das agroindústrias rurais. Pois, esta é uma das diretrizes a serem valorizadas, já que o produto conterà valores locais por ser produzido e consumido dentro de um mesmo espaço.

❑ **Preservação do meio ambiente e dos recursos naturais:**

As pequenas agroindústrias situadas no interior das comunidades rurais abarcam uma realidade muito importante na perspectiva do desenvolvimento sustentável com preservação dos recursos naturais. Uma vez que, no seu processo produtivo a quantidade de resíduos é muito inferior se analisado de forma igualitária com uma grande indústria do mesmo setor. Não obstante, e mais importante que isso, é que as próprias unidades de produção absorvem o que até então era considerado resíduo, transformando-o em matéria-prima, adubo ou alimentação animal, isto é, remete-se a uma reutilização.

No entanto, vale lembrar que existem no meio rural agroindústrias com pequenas escalas de produção, as quais são informais, que não tem o comprometimento com práticas ambientais. Mas, mesmo sendo uma minoria, incidem em responsabilidades não cumpridas, geralmente por falta de assistência técnica disponível. Alega-se também, a falta de recursos e o próprio desconhecimento dos riscos.

Contudo, em pesquisas realizadas pelos autores, onde se estudou o processo produtivo de 20 agroindústrias artesanais de cachaça no sul do Brasil, evidenciou-se que o bagaço da cana-de-

açúcar e a vinhaça pós-destilação eram consumidos pelos bovinos e suínos dentro das próprias propriedades auxiliando na alimentação destes animais no inverno. O restante dos “resíduos” que sobravam eram introduzidos nas lavouras, contemplando a adubação do canavial.

Assim, percebe-se o quão é importante que as políticas públicas invistam nas agroindústrias rurais como uma alternativa sustentável para preservação do meio ambiente, bem como, de seus recursos naturais. Porque, desta forma, viabiliza-se empreendimentos comumente comprometidos com uma produção de qualidade de alimentos e preservação dos meios naturais. Vale lembrar também, que várias agroindústrias investem em produtos diferenciados, entre eles orgânicos e ecológicos, fomentando um nicho pouco explorado e em expansão.

□ **Mudanças nas relações de gênero e poder:**

Nas agroindústrias familiares a organização e divisão das tarefas dentro do grupo familiar reforça, cada vez mais, a necessidade de inclusão de todos os membros do domicílio na busca de mobilizar recursos humanos e otimizar afazeres. Assim, além de aproveitar as capacidades e conhecimentos de todos os membros, inclui-os nas atividades operacionais da agroindústria. Geralmente, o cultivo e processamento do produto se dá pelos homens e as atividades mercantis pelas mulheres. Mas, para Mior (2005, p. 199) “não é somente na comercialização que a importância da mulher agricultora ganha relevo, pois a esfera da produção da agroindústria familiar também reserva um lugar extremamente importante para sua ação”. Pois, a tradição artesanal na confecção de produtos por parte da mulher, geralmente, marca o ponto de partida para a ampliação da atividade em termos de escala e rearranjo do trabalho na propriedade (Nascimento Neto, 2005).

Conforme enfatizou Guivant (2001) a estratégia de agregação de valor frequentemente vem associada à transformação de atividades anteriormente confinadas à cozinha da família rural. Deste território demarcado pela presença das mulheres agricultoras, emergem as fontes de renda que passam a ser fundamentais para agricultura familiar. Assim, esta redivisão interna do trabalho da família rural se constitui em um dos principais trunfos para o sucesso do empreendimento.

Após a especificação das vantagens das agroindústrias familiares dentro de um território comprova-se o quão é viável para um determinado espaço investir, incentivar e fomentar este tipo de empreendimento, explorando as vantagens comparativas e competitivas do meio rural. É nesta perspectiva que governos federais e estaduais estão impulsionando os agricultores familiares a aderirem a agregação de valor, seja para fins mercantis ou para o autoconsumo, como uma alternativa sustentável e descentralizada, focalizando para as pequenas escalas com fornecimento de produtos diferenciados e com maior valor agregado.

Deste modo, programas públicos e não-governamentais a nível estadual estão se concretizando; onde as metas, diretrizes e objetivos focalizam na certificação da procedência dos produtos processados da agricultura e agroindústria familiar. Portanto, pode-se citar o Sabor Gaúcho e Fonte Nova no Rio Grande do Sul; o Terra Viva, Castália e Sabor Colonial em Santa Catarina (Mior, 2005:227); o Selo Azul e o Pró Cachaça (Programa de Qualidade da Cachaça de Minas) em Minas Gerais. No que tange as políticas públicas mais complexas e de maior amplitude pode-se mencionar a nível nacional o “Programa de Agroindustrialização da

Agricultura Familiar” (2003 a 2006) e o AGREGAR⁴, vinculado ao PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Já na escala estadual resultou o PROVE (Programa de Verticalização da Pequena Produção) no Distrito Federal entre 1995/98; o “Programa da Agroindústria Familiar” no Rio Grande do Sul (1998 a 2002); o “Fábrica do Agricultor” no Paraná, entre outros. Vale ressaltar que estas políticas têm alterado positivamente o perfil das propriedades rurais contribuindo para a conservação ou reestruturação da pluriatividade⁵ no campo. Com isso, percebe-se que as políticas públicas estão direcionando seus recursos a atividades inovadoras, porém convincentes no seu papel social, produtivo, participativo, ambiental e descentralizado.

4. Considerações Finais

Atualmente, uma concordância entre estudiosos, formadores de políticas públicas e atores sociais sobre a importância da agroindústria familiar para o meio rural parece acontecer. Neste sentido, se estuda, apóia e cria, mesmo que insuficientemente, uma gama destes empreendimentos, sendo que vários se lançam a um estágio superior que as outras, dependendo, mas não unicamente, das suas estruturas produtivas internas e das suas relações mercadológicas e de reciprocidade. Neste contexto, vem ganhando amparo, tanto por consumidores como por incentivadores e pela sociedade acadêmica, os produtos diferenciados e de maior valor agregado que valorizam, de forma explícita, sua relação e vinculação com a agricultura familiar e com o território de origem. Pois assim, além de conter ganhos mercantis, fomenta as inclusões e conexões locais.

A variabilidade e a diversidade de agroindústrias existentes no meio rural indica-nos o quanto tem crescido, seja em variedade ou em representatividade, o número de agroindústrias familiares e, juntamente incluído, a quantidade de atores que vem se beneficiando pela implantação destes empreendimentos. Suas abrangências, que muitas vezes superam a etapa nacional em nível de vendas, vem deixando marcas positivas ainda na escala local, pois atingem direta e indiretamente uma grande quantidade de pessoas, sejam eles prestadores de serviço, gestores do empreendimento, proprietários dos meios de produção, sócios da agroindústria, comerciantes locais, etc. Portanto, mesmo que a agroindústria familiar continue extrapolando os canais de comercialização regional, esta permanece beneficiando atores localmente, ressaltando e valorizando a identidade territorial a qual a empresa pertence.

Assim, a agroindústria familiar constitui-se em uma importante ferramenta para o meio rural, primeiro porque contribui, e muito, para um desenvolvimento sustentável dos atores com ela envolvida. E segundo, por encaixar-se perfeitamente em inúmeras realidades podendo, dessa forma, contribuir para os territórios de forma multidimensional e diversificada. Além de poder criar várias identidades, não ficando dependente de apenas de um setor agropecuário ou, até mesmo, de uma monocultura como é o caso de muitas regiões.

⁴ No Rio Grande do Sul, de acordo com a EMATER, o PRONAF atingiu um número total de 323 agroindústrias até o ano de 2004, envolvendo mais de 3.600 famílias. Isso significa que foi concedido crédito a 80% dos empreendimentos que estavam em implantação.

⁵ As agroindústrias familiares podem considerar-se pluriativas quando se distinguem da produção extremamente para o autoconsumo, ou seja, começa-se a ter ligações mercantis, pois ampliam sua escala e produzem para o mercado.

No entanto, várias são as dificuldades que afligem estas agroindústrias, ocorrendo tanto em ordem interna à unidade de processamento, bem como, os problemas de nível exógeno, que prendem e tiram parte da emancipação dos agricultores. Contudo, se fazem necessários por exigências dos consumidores e pela sanidade do produto. Mesmo assim, concederemos a agroindústria familiar como uma fonte alternativa capaz de valorizar, e muito, a diversidade de valores e potencialidades que ocorrem nos territórios rurais, conservando, desta forma, a estrutura social deste espaço, junto com sua própria reprodução.

5. Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. (1998). **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. - Campinas: Unicamp.
- _____. (2003). **O Futuro das Populações Rurais**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 149 p.
- FAO/INCRA. (1996). **O perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília.
- BOUCHER F., RIVEROS H. (1995). La Agroindustria rural de América Latina y del Caribe, tomo 1, su entorno, marco conceptual y impacto, **PRODAR - documento de trabajo**. San José de Costa Rica.
- DISEL, V. *et. alli.* (2005). Caracterização da agroindústria familiar de aguardente de cana-de-açúcar na Região da Quarta Colônia – RS. In: Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria familiar, 1º, 2005. **Anais...** São Luiz Gonzaga: UERGS.
- FERNANDES FILHO, J. F.; CAMPOS, F. R. (2003). A indústria rural no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 859-880.
- FROEHLICH, J. M.; ALVES, H. F. I. (2005). Novas Identidades, Novos Territórios. Aproveitando os recursos culturais para o desenvolvimento territorial. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, XLIII, Passo Fundo, 2005. **Anais...** Brasília: SOBER.
- GARCEZ, D.; BERTAZZO, C. J. (2005). Agricultura familiar e equidade social: agroindustrialização familiar e o papel das políticas públicas de crédito como o PRONAF. In: Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria familiar, 1º, 2005. **Anais...** São Luiz Gonzaga: UERGS.
- GUINVANT, J. (2001). **A comparative gender perspective of family farming and agrarian reform settlements in Brasil**. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD). Genobra.
- MARDENS, T. (1999). Rural futures: the consumption countryside and its regulation. **Sociologia Ruralis**, v. 39, nº 04.
- MIOR, L. C. (2005). **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos.
- MOYANO, E. (1997). Las políticas de desarrollo rural en la Union Europea. In: SHIGEO SHIKI *et alli.* (Orgs.). **Agricultura, meio ambiente e sustentabilidade no cerrado brasileiro**. Uberlândia.

- NASCIMENTO NETO, F.; *et alli*. (2005). Legislação sanitária e tecnológica: um estudo de caso em agroindústria de alimento de pequeno porte no meio rural do Estado do Rio de Janeiro. In: Congresso Internacional de Desenvolvimento Rural e Agroindústria familiar, 1º, 2005. **Anais...** São Luiz Gonzaga: UERGS.
- OLIVEIRA, H. (2003). Criando as condições para a valorização dos territórios. In: MDA. Referencias para o desenvolvimento territorial sustentável. **Série texto para discussão 04**.
- ORSOLIN, J.; HAMER, E. (2004). Gestão da comercialização na cadeia agroindustrial familiar do açúcar mascavo. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLII, Cuiabá, 2004. **Anais...** Brasília: SOBER.
- PREZOTTO, L. L. (2000). A agroindústria rural de pequeno porte e o desenvolvimento local/regional. In: Conferência Internacional de Desenvolvimento Sustentável e Agroindústria, 2000. **Anais...** Lajeado/RS.
- _____. (2002). Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte. **Revista de Ciências Humanas**. EDUFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Florianópolis. N. 31, abr. 2002. p.133-154.
- REQUIER-DESJARDINS D. (1999) **Agro-Industria Rural y Sistemas Agroalimentarios Localizados: ¿Cuáles puestas?** - PRODAR, Quito.
- SCHNEIDER, S. (2005). O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, 2005. **Textos para Discussão**. Brasília/DF.
- SILVEIRA, R. P. *et. alli*. (2000). A agroindústria familiar de pequeno porte como estratégia de desenvolvimento rural em regiões periféricas - o caso do Projeto Cooesperança- Santa Maria – RS. In: Conferência Internacional de Desenvolvimento Sustentável e Agroindústria, 2000. **Anais...** Lajeado/RS.
- VEIGA, J. E. *et. alli*. (2001). O Brasil rural precisa de uma nova estratégia de desenvolvimento. Brasília/DF. CNDRS, MDA, NEAD, **Série texto para discussão 01**.
- VIEIRA, L. F. (1998). Agricultura e agroindústria familiar. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. VII, n. 1, p.11-23, Jan./Mar.
- WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L. (200a). Desenvolvimento e Agroindústria Familiar. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLII, Cuiabá, 2004. **Anais...** Brasília: SOBER.
- _____. (2004b). Desenvolvimento local e agroindústria familiar. In: Coloquio sobre Transformaciones Territoriales, V, 2004. **Anais...** La Plata: Argentina.
- _____. (2005a). Desenvolvimento territorial rural. In: Jornadas de Antropologia Rural, 1º, São Pedro do Cololao, 2005. **Anais...** Tucumán: Argentina.
- _____. (2005b). Desenvolvimento territorial com agroindústrias familiares. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIII, Ribeirão Preto/SP, 2005. **Anais...** Brasília: SOBER.
- _____. (2004c). A agroindústria familiar como propulsora de desenvolvimento em assentamentos rurais. In: Simpósio Impasses e Dilemas da Política de Assentamentos, 2005. **Anais...**, Araraquara/SP.



WILKINSON, J. (1996). A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares algumas considerações iniciais. **Apresentado no Workshop de Campinas**, dez. 1996.

_____. (1999). Cadeias produtivas para a agricultura familiar. Organizações Rurais e Agroindústrias. **Revista de Administração da UFLA**, v. 01, n° 01.